



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 47/XII/ 1.ª SL

Aos 10 dias do mês de Abril de 2012, pelas 16:30 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da Ata n.º 46/XII referente à reunião de 3 de abril
2. Informações.
3. Redação final da Primeira alteração à Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia
4. Preparação da participação da delegação da CAE à Conferência dos Órgãos Parlamentares Especializados nos Assuntos da União (COSAC)
5. Debate sobre o acompanhamento parlamentar da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) ao nível da UE.
6. Apreciação e votação dos pareceres sobre:

Proposta de Resolução 28/XII/1 - Aprova o Tratado que cria o Mecanismo Europeu de Estabilidade entre o Reino da Bélgica, a República Federal da Alemanha, a República da Estónia, a Irlanda, a República Helénica, o Reino de Espanha, a República Francesa, a República Italiana, a República de Chipre, o Grão-Ducado do Luxemburgo, Malta, o Reino dos Países Baixos, a República da Áustria, a República Portuguesa, a República da Eslovénia, a República Eslovaca e a República da Finlândia, assinado em Bruxelas, em 2 de fevereiro de 2012.

Deputado Autor do Parecer: Vitalino Canas (PS)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 47/XII/ 1.ª SL

Proposta de Resolução 30/XII/1 - Aprova o Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária entre o Reino da Bélgica, a República da Bulgária, o Reino da Dinamarca, a República Federal da Alemanha, a República da Estónia, a Irlanda, a República Helénica, o Reino de Espanha, a República Francesa, a República Italiana, a República de Chipre, a República da Letónia, a República da Lituânia, o Grão-Ducado do Luxemburgo, a Hungria, Malta, o Reino dos Países Baixos, a República da Áustria, a República da Polónia, a República Portuguesa, a Roménia, a República da Eslovénia, a República Eslovaca, a República da Finlândia e o Reino da Suécia, assinado em Bruxelas a 2 de março de 2012.

Deputado Autor de Parecer: António Rodrigues (PSD)

7. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias

a) Proposta alterada de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a procedimentos comuns de concessão e retirada do estatuto de proteção internacional [COM(2011)319] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputada Autora de Parecer: Ana Catarina Mendes (PS).

b) Proposta alterada de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece normas em matéria de acolhimento dos requerentes de asilo [COM(2011)320] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputada Autora de Parecer: Ana Catarina Mendes (PS).

c) RELATÓRIO DA COMISSÃO - 22.º RELATÓRIO ANUAL SOBRE A EXECUÇÃO DOS FUNDOS ESTRUTURAIS (2010) [COM(2011)693] objeto de relatório e parecer da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

Deputado Autor de Parecer: Carlos São Martinho (PSD).

d) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que estabelece a posição a adotar pela União Europeia no âmbito da Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) no que diz respeito ao pedido de



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 47/XII/ 1.ª SL

concessão de uma derrogação a fim de dar tratamento preferencial aos serviços e prestadores de serviços dos países menos desenvolvidos [COM(2011)871] objeto de relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas

Deputado Autor de Parecer: Vitalino Canas (PS).

e) Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que institui um Instrumento para a Cooperação no domínio da Segurança Nuclear [COM(2011)841] objeto de relatório e parecer das Comissões de Defesa Nacional, Economia e Obras Públicas e Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

Deputado Autor de Parecer: Vitalino Canas (PS).

f) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU - Relatório sobre a aplicação da Diretiva 2005/71/CE relativa a um procedimento específico de admissão de nacionais de países terceiros para efeitos de investigação científica [COM(2011)901] objeto de relatório e parecer das Comissões de Educação, Ciência e Cultura

Deputada Autora de Parecer: Maria Helena André (PS).

8. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à transparência das medidas que regulamentam os preços dos medicamentos para uso humano e a sua inclusão nos sistemas nacionais de seguro de saúde [COM(2012)84] objeto de relatório e parecer da Comissão de Saúde

b) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à circulação sem carácter comercial de animais de companhia [COM(2012)89] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

c) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 92/65/CEE do Conselho no que respeita aos requisitos de saúde animal que regem o comércio e as importações na União



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 47/XII/ 1.ª SL

de cães, gatos e furões [COM(2012)90] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

d) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO sobre o congelamento e o confisco do produto do crime na União Europeia [COM(2012)85] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

e) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: Um programa de simplificação do quadro financeiro plurianual (QFP) para 2014-2020 [COM(2012)42] objeto de relatório e parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

f) RELATÓRIO DA COMISSÃO sobre o Mecanismo de Alerta elaborado em conformidade com os artigos 3.º e 4.º do Regulamento relativo à prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos [COM(2012)68] objeto de relatório e parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

g) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à conclusão do Acordo sobre o Espaço de Aviação Comum entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Moldávia, por outro [COM(2012)20] objeto de relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas

9. Outros assuntos.

1. Apreciação e votação da Ata n.º 46/XII referente à reunião de 3 de abril

A Ata n.º 46/XII, relativa à reunião de 3 de abril, foi apreciada e aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

2. Informações

O Sr. Presidente deu conhecimento das audiências realizadas:



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 47/XII/ 1.ª SL

- Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, IEEI, a 29 de março,
- Centro de Informação e Biotecnologia, no mesmo dia, e
- Grupo Parlamentar de Amizade Alemanha-Portugal do Bundestag, em conjunto com a COFAP, no passado dia 3 de abril.

Informou dos assuntos nelas tratados, bem como dos documentos entretanto recebidos e distribuídos juntamente com as respetivas sínteses.

Informou que está prevista audição do Sr. Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual da União, para o dia 08 de maio (3.ª feira), às 15h00.

O Sr. Presidente informou ainda que no próximo dia 24 de abril virá à Assembleia da República uma delegação do parlamento sueco. Depois de agendada a visita, foram marcadas as jornadas parlamentares do grupo parlamentar do CDS-PP, pelo que aguarda a posição deste grupo parlamentar para saber se se mantém esta audiência. Caso se mantenha é importante decidir quem recebe a delegação e se deverão estar presentes apenas Deputados desta Comissão ou se esta deverá ser alargada a membros da COFAP.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) disse que informaria logo que possível a posição do seu grupo parlamentar quanto à reunião com a delegação parlamentar sueca em dia de jornada parlamentar.

O Sr. Presidente referiu também que dia 9 de maio é dia da Europa e está a ser preparada uma sessão comemorativa nos Jerónimos pela Representação da Comissão Europeia em Portugal, em parceria com o Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal e a Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus. O Sr. Deputado João Serpa Oliva tinha proposto que a CAE organizasse um evento comemorativo, o que deveria ser preparado desde já.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva pediu a palavra para dizer que havendo uma sessão comemorativa em preparação não se justifica organizar outra.

O Sr. Presidente considerou que a CAE poderá equacionar a organização de um evento comemorativa em 2013, com a adequada antecedência.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 47/XII/ 1.ª SL

Informou ainda que relativamente ao Projeto de Resolução 268/XII/1 (BE), que Propõe a realização de um Referendo Nacional ao Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária, o grupo parlamentar proponente, em reunião da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, solicitou que o mesmo subisse a plenário para discussão e votação, o que invalida a análise do projeto na CAE.

Quanto às audições ao Embaixador Fezas Vital e ao Professor Doutor Paz Ferreira aguarda-se confirmação da data no primeiro caso e indicação de data no segundo.

3. Redação final da Primeira alteração à Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia

Procedeu-se, em seguida, à fixação da redação final, em cumprimento do disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, sem votos contra, registando-se a ausência do PCP e do BE, tendo sido aceites, por unanimidade dos presentes, todas as sugestões de redação constantes da Informação n.º 43/DAPLEN/2012, de 04 de abril de 2012, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

4. Preparação da participação da delegação da CAE à Conferência dos Órgãos Parlamentares Especializados nos Assuntos da União (COSAC)

O Sr. Presidente deu conhecimento das sugestões feitas pelos serviços à proposta de conclusões da XLVII COSAC.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) considerou que a proposta de eliminar a referência aos EM incumpridores quanto ao défice de cumprimento de 1% de transposição da legislação comunitária é construtiva, no entanto,



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 47/XII/ 1.ª SL

considerou que deveria haver transparência quanto ao incumprimento pelo que considera nada obstar à manutenção deste parágrafo. Quanto à proposta de retirar a referência a funcionários seniores, considerou que com 27 EM pode ser difícil assegurar a presença de Comissários em todos os parlamentos, pelo que sugeria que se indicasse apenas a preferência por Comissários.

O Sr. Presidente informou que não irá enviar as sugestões por escrito, mas que está a recolher os contributos da Comissão para os apresentar pessoalmente na COSAC.

O Sr. Deputado Pedro Silva Pereira (PS) considerou que ficaria mal a apresentação de proposta de eliminação do inciso em que Portugal é diretamente visado mas pensa que esta questão poderá ficar resolvida em termos de negociações informais. Quanto à segunda questão, considera que existe uma hipersensibilidade quanto à intervenção de funcionários ainda que de categoria elevada, em matérias de grande melindre político, pelo que considerou esta sugestão muito pertinente e tenderia a apresentar uma proposta mais fechada que a sugerida pelo Sr. Deputado Carlos Costa Neves.

O Sr. Presidente concordou com a proposta feita, designadamente quanto à eliminação do inciso embora de forma informal.

O Sr. Presidente indicou os temas da COSAC e sugeriu que cada membro da delegação se ocupasse preferencialmente de um. O Sr. Deputado Alberto Costa manifestou o seu interesse no primeiro tema, 20 anos de livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais e os Srs. Deputados do PSD, António Rodrigues e Carlos São Martinho, no Mercado Único de Serviços – plena aplicação da Diretiva de Serviços e Crescimento sustentável – promover na Europa a transição para uma economia eficiente em termos de recursos. Ficou de se aguardar que o Sr. Deputado Honório Novo (PCP) indique o tema entre os restantes, Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo na Europa e O Mercado Único Digital.

5. Debate sobre o acompanhamento parlamentar da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) ao nível da UE.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 47/XII/ 1.ª SL

O Sr. Presidente informou que foi distribuída a todos os membros da Comissão uma nota dos serviços sobre esta matéria. Nela se refere que a Comissão de Defesa Nacional debateu a matéria na reunião de 27 de março e reiterou a posição que havia já manifestado em dezembro, secundando a posição adotada através da Resolução da AR, na qual se considera que as delegações dos Parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu devem ser constituídas por igual número de deputados, sublinhando o caráter intergovernamental desta matéria.

Contudo, a Proposta apresentada pelo Parlamento Polaco em 29 de março mantém todos os aspetos acordados na anterior Conferência de Presidentes de Parlamentos da UE, em Bruxelas, e, relativamente às delegações, propõe uma fórmula aberta, segundo a qual cada Parlamento (nacional ou Europeu) é livre e autónomo de decidir a composição da sua delegação para esta Conferência, não havendo indicação quanto a um número fixo de delegados. A Presidência sugere que, por razões práticas e logísticas, as delegações não deverão exceder 16 deputados.

O Sr. Presidente considerou que seria útil haver um debate sobre este tema pelo que será agendado para a próxima reunião.

6. Apreciação e votação dos pareceres sobre:

- Proposta de Resolução 28/XII/1 - Aprova o Tratado que cria o Mecanismo Europeu de Estabilidade entre o Reino da Bélgica, a República Federal da Alemanha, a República da Estónia, a Irlanda, a República Helénica, o Reino de Espanha, a República Francesa, a República Italiana, a República de Chipre, o Grão-Ducado do Luxemburgo, Malta, o Reino dos Países Baixos, a República da Áustria, a República Portuguesa, a República da Eslovénia, a República Eslovaca e a República da Finlândia, assinado em Bruxelas, em 2 de fevereiro de 2012.

O Sr. Deputado Vitalino Canas (PS) começou por referir que este Tratado é menos polémico que o outro que também será debatido hoje na reunião da Comissão. O Tratado visa instituir um fundo monetário mútuo permanente



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 47/XII/ 1.ª SL

destinado a ajudar os Estados-membros pertencentes à área do euro que possam ser afetados ou ameaçados por graves problemas de financiamento, salvaguardando a estabilidade financeira da área euro no seu todo.

O MEE terá uma capacidade efetiva de concessão de empréstimos de 500 mil milhões de euros, havendo quem entenda que este quantitativo deveria ser superior. O limite de financiamento não será certamente suficiente se for necessário acorrer a problemas agudos em Espanha e em Itália. Importa, no entanto, reconhecer que através deste Tratado, os EM sinalizam a sua intenção de resolver os problemas e o excesso de sinalização poderia indiciar que se esperam problemas a nível de outros EM.

Prevê-se que o MEE entre em vigor em Julho de 2012 e que até 2013 prossiga as atribuições atualmente cometidas ao Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF) e ao Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (MEEF).

O Sr. Presidente informou que serão votadas apenas as partes I e III do Parecer, não se votando a parte II, Opinião do Deputado Autor do Parecer.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) agradeceu o Parecer e a apresentação feita pelo Sr. Deputado Vitalino Canas. Congratulou-se por se ter chegado a um consenso nesta matéria e fez votos para que o Tratado entre em vigor na data prevista.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) agradeceu a excelência do Parecer e questionou o Sr. Deputado Vitalino Canas sobre a seguinte afirmação, constante do mesmo:

A criação deste mecanismo era certamente necessária no contexto de uma União Económica e Monetária que continua a padecer da inexistência de instrumentos de coordenação das políticas económicas e de blindagem contra as crises sistémicas da moeda única.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 47/XII/ 1.ª SL

O Sr. Deputado Vitalino Canas (PS) disse que, em seu entender, quando foi criada a UEM foram deixados de fora alguns mecanismos que garantiriam porventura que não se tivesse chegado à situação atual e pensa que ainda não se estão a criar os mecanismos que permitam uma coordenação económica efetiva contra crises que afetam mais uns EM que outros.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente submeteu a votação os pontos I e III do parecer que foram aprovados por unanimidade registando-se a ausência do PCP e do BE.

Dada a necessidade do Sr. Deputado Vitalino Canas se ausentar para outros trabalhos parlamentares apresentou de seguida e conjuntamente os dois pareceres relativos às seguintes iniciativas previstas no ponto 7 da OD:

- Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que estabelece a posição a adotar pela União Europeia no âmbito da Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) no que diz respeito ao pedido de concessão de uma derrogação a fim de dar tratamento preferencial aos serviços e prestadores de serviços dos países menos desenvolvidos [COM(2011)871] objeto de relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas e

- Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que institui um Instrumento para a Cooperação no domínio da Segurança Nuclear [COM(2011)841] objeto de relatório e parecer das Comissões de Defesa Nacional, Economia e Obras Públicas e Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

O Sr. Deputado Vitalino Canas (PS) começou por referir que a proposta de Regulamento que institui um Instrumento para a Cooperação no domínio da Segurança Nuclear é de grande relevo. A União Europeia tem no seu território 146 das 436 instalações nucleares comerciais existentes a nível mundial e é o maior produtor de eletricidade nuclear no mundo. O acidente de Chernobil, ocorrido em 1986, e o acidente de Fukushima-Daiichi, no ano passado, vieram demonstrar a extrema importância da segurança nuclear a nível global e a



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 47/XII/ 1.ª SL

necessidade da União Europeia continuar a envidar esforços no sentido de melhorar a segurança nuclear. Concluiu considerando que a presente iniciativa não viola o princípio da subsidiariedade, na medida em que o objetivo a alcançar será mais eficazmente atingido através de uma ação comunitária.

Apresentou sucintamente a Proposta de Decisão do Conselho que estabelece a posição a adotar pela União Europeia no âmbito da Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) no que diz respeito ao pedido de concessão de uma derrogação a fim de dar tratamento preferencial aos serviços e prestadores de serviços dos países menos desenvolvidos, considerando que a matéria em causa é da competência exclusiva da União não cabendo, por isso, a apreciação do cumprimento do Princípio da Subsidiariedade.

Submetidos a votação os dois Pareceres foram ambos aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do BE.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) apresentou o parecer relativo à

- Proposta de Resolução 30/XII/1 - Aprova o Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária entre o Reino da Bélgica, a República da Bulgária, o Reino da Dinamarca, a República Federal da Alemanha, a República da Estónia, a Irlanda, a República Helénica, o Reino de Espanha, a República Francesa, a República Italiana, a República de Chipre, a República da Letónia, a República da Lituânia, o Grão-Ducado do Luxemburgo, a Hungria, Malta, o Reino dos Países Baixos, a República da Áustria, a República da Polónia, a República Portuguesa, a Roménia, a República da Eslovénia, a República Eslovaca, a República da Finlândia e o Reino da Suécia, assinado em Bruxelas a 2 de março de 2012.

Começou por referir que é quase desnecessária a apresentação deste Parecer pois ao longo dos últimos meses o teor do tratado tem sido intensamente debatido. O Tratado exige que o mecanismo automático de correção em caso



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 47/XII/ 1.ª SL

de desvios, seja assumido por lei nacional que impeça a sua modificação simples em função de alterações de maiorias parlamentares.

Os Estados que não cumprirem estas disposições poderão sofrer sanções pecuniárias, até 0,1 por cento do PIB, impostas pelo Tribunal Europeu de Justiça. Acresce ainda o facto de o limite tolerado para os défices públicos anuais permanecer nos três por cento do PIB, tal como contemplado no Pacto de Estabilidade e Crescimento, mas quem violar esta regra fica mais sujeito a sanções.

O Tratado entra em vigor a 1 de Janeiro de 2013, após a ratificação de, pelo menos, 12 Estados-Membros da Zona Euro, ou antes, caso aquele número de Estados ratifique entretanto este instrumento. Nalguns EM poderá a ratificação estar condicionada à realização de referendo.

Destacou a previsão da participação do Parlamento Europeu e dos Parlamentos nacionais, que definirão em conjunto a organização e promoção de uma conferência de representantes das comissões relevantes do Parlamento Europeu e dos Parlamentos nacionais, a fim de debaterem as políticas orçamentais e outras questões.

O Sr. Deputado Alberto Costa (PS) pediu a palavra começando por referir que, embora não esteja a exprimir a posição oficial do PS, queria expressar a sua opinião discordante relativamente a alguns pontos dos capítulos do documento que irão ser submetidas a votação (e só desses).

Discorda da ideia que este Tratado "assenta nos Tratados em que se funda a UE" (Parte I,5) e que as novas competências do TJUE decorrem dos artigos 260 e 273 TFUE, quando os Tratados que aí são referidos são os tratados da União - e não tratados "intergovernamentais" como é o caso aqui. A relação não pode pois ser caracterizada como de "assentamento" (sic), como invocado, porque são excedidos e infringidos os limites dos dois artigos citados.

Na parte das conclusões, discorda da ideia que o Tratado consagra "medidas decisivas para garantir a sustentabilidade das finanças públicas nacionais", na formulação "dura" que elas agora recebem (e para não falar noutras aqui em



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 47/XII/ 1.ª SL

falta, como, v.g., alguma dimensão incontornável de mutualização da dívida e revisão do estatuto e papel do BCE).

O eleitorado fica, de forma permanente, com uma margem de escolha muito restringida, o que lhe parece contender com a possibilidade democrática - insuprimível – de optar entre políticas macroeconómicas genuinamente diferentes e rivais, sem intervenção da cominação de sanções. Remeteu aqui para a declaração de voto que vai apresentar após a votação no Plenário.

Lamentou que o Governo não tivesse enviado estudos ou pareceres obtidos, se o foram, sobre este Tratado - que a seu tempo sugeriu nesta Comissão ao SEAE que fossem pedidos - o que nos ajudaria muito a clarificar problemas nesta avaliação e no debate subsequente.

O Sr. Presidente submeteu o parecer a votação, excluindo a parte II – Opinião do Deputado Autor do parecer, tendo sido aprovado por unanimidade com ausência do PCP e do BE.

7. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias

Dada a ausência em trabalhos parlamentares da Sr.ª Deputada Ana Catarina Mendes e do Sr. Deputado Carlos São Martinho a apreciação dos respetivos pareceres foi adiada para a próxima reunião.

O Sr. Presidente deu a palavra à Sr.ª Deputada Maria Helena André (PS) para apresentar o parecer sobre o

f) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU - Relatório sobre a aplicação da Diretiva 2005/71/CE relativa a um procedimento específico de admissão de nacionais de países terceiros para efeitos de investigação científica [COM(2011)901] objeto de relatório e parecer das Comissões de Educação, Ciência e Cultura



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 47/XII/ 1.ª SL

A Sr.ª Deputada destacou o facto de o presente relatório assentar num estudo efetuado para a Comissão pelo Centro Internacional para o Desenvolvimento das Políticas Migratórias e noutras fontes, incluindo inquéritos *ad hoc* realizados pela Rede Europeia das Migrações, e debates com Estados-membros. Concluiu referindo que sendo o documento em análise uma iniciativa não legislativa não releva a análise do princípio da subsidiariedade.

O parecer foi aprovado por unanimidade com ausência do PCP e do BE.

8. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

- a) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à transparência das medidas que regulamentam os preços dos medicamentos para uso humano e a sua inclusão nos sistemas nacionais de seguro de saúde [COM(2012)84] objeto de relatório e parecer da Comissão de Saúde

Esta iniciativa cabe ao Grupo Parlamentar do BE, pelo que indiciariamente foi designada como Autora do Parecer, o Sr.ª Deputada Ana Drago.

- b) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à circulação sem carácter comercial de animais de companhia [COM(2012)89] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
O Grupo Parlamentar do CDS-PP indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado João Serpa Oliva.

- c) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 92/65/CEE do Conselho no que respeita aos requisitos de saúde animal que regem o comércio e as importações na União de cães, gatos e furões [COM(2012)90] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 47/XII/ 1.ª SL

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado António Serrano.

- d) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO sobre o congelamento e o confisco do produto do crime na União Europeia [COM(2012)85] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado Sérgio Azevedo.

- e) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: Um programa de simplificação do quadro financeiro plurianual (QFP) para 2014-2020 [COM(2012)42] objeto de relatório e parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Foram indicados como Autores do Parecer, a Sr.ª Deputada Maria Helena André (PS) e o Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD).

- f) RELATÓRIO DA COMISSÃO sobre o Mecanismo de Alerta elaborado em conformidade com os artigos 3.º e 4.º do Regulamento relativo à prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos [COM(2012)68] objeto de relatório e parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado Pedro Silva Pereira.

- g) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à conclusão do Acordo sobre o Espaço de Aviação Comum entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Moldávia, por outro [COM(2012)20] objeto de relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 47/XII/ 1.ª SL

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autora do Parecer, a Sr.ª Deputada Cláudia Aguiar.

9. Outros assuntos.

Não havendo outros assuntos, a reunião foi encerrada às 18:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 Abril 2012.

O PRESIDENTE

(PAULO MOTA PINTO)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 47/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
António Rodrigues
Carlos Costa Neves
Carlos São Martinho
Cláudia Monteiro de Aguiar
Francisco de Assis
João Lobo
João Serpa Oliva
Maria Ester Vargas
Maria Helena André
Nuno Filipe Matias
Paulo Mota Pinto
Pedro Silva Pereira
Sérgio Azevedo
Vitalino Canas
Fernando Serrasqueiro
Jorge Lacão
Sérgio Sousa Pinto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Jacinto Serrão
José Manuel Rodrigues

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
Ana Drago
Duarte Marques
Honório Novo